



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# **32**

*Discurso na cerimônia de lançamento de medidas relativas a novas formas de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico nacional nas Instituições de Ensino Superior Públicas e de Pesquisas do país*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 3 DE ABRIL DE 2000**

*Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Ministro da Educação, Paulo Renato Souza; Senhor Embaixador Ronaldo Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares; Magníficos Reitores; Presidentes de instituições de pesquisas; Senhores Reguladores de atividades econômicas; Senhores Pesquisadores; Senhoras e Senhores,*

Hoje, de fato, é, para todos nós, um dia de júbilo. Os que trabalham no campo da universidade, no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, os que trabalham no Governo e que têm preocupação com o País e com essas áreas sabem da importância do que aqui foi anunciado pelos ministros que usaram da palavra antes de mim.

Não é fácil, nunca é fácil, chegar-se à definição de novas políticas e, principalmente, de se buscar os financiamentos adequados e as formas de gerenciamento que permitam a implementação das decisões que são tomadas. O Brasil já dispõe de uma certa experiência nessa matéria e sabe o quanto custa, mas o quanto é importante, também, a existência de políticas públicas e de instituições afinadas

com essas políticas públicas e, sobretudo, a interação entre a comunidade diretamente afetada por elas e aqueles que as dirigem e o Governo.

O Ministro Paulo Renato mencionou, há pouco, que na primeira parte do nosso esforço de reconstrução das instituições estatais e das políticas públicas dedicamos uma atenção grande ao ensino fundamental, ao ensino básico. Se bem que não foi em detrimento de outras áreas de ensino, é inegável que houve uma concentração de esforços do governo e uma concentração, também, de iniciativas que geram recursos, para que pudéssemos enfrentar a questão relativa à formação da cidadania no Brasil: o acesso à alfabetização, à formação na escola primária. Não vou, aqui, desfilar o número de iniciativas que sob a inspiração do Ministro Paulo Renato, e com meu apoio, foram tomadas nesses últimos anos para que pudéssemos alcançar o que estamos alcançando, que é uma transformação de base na questão do ensino no Brasil. Hoje, como se sabe, já dispomos, já oferecemos vagas e já temos nas escolas primárias e básicas, nas escolas públicas, 96% das crianças em idade escolar.

Isso significa um esforço enorme do país, da sociedade, e significa, também, que foi necessário um conjunto de modificações na própria maneira de se orientar o recurso público, para que ele pudesse alcançar o ensino básico que hoje é, fundamentalmente, um ensino sob a responsabilidade dos municípios.

Para isso, criamos o Fundef. Para isso, tivemos que, também, como se fez mais tarde com o ensino superior, criar mecanismos de gratificação para os professores do ensino primário, sobretudo das áreas mais pobres do Brasil, para que houvesse um empenho, houvesse igualação na capacidade de oferecimento de ensino de nível relativamente bom em todo o País. Criamos mecanismos de treinamento de professores, o ensino a distância. Modificamos os parâmetros curriculares, criamos uma revisão da literatura que é empregada nessas escolas.

No ano passado, mais de 100 milhões de livros foram distribuídos gratuitamente. Enfim, houve uma série de modificações, incluindo o programa de aceleração nas classes das séries, para que houvesse uma

volta à normalidade, para que crianças de mais idade não ficassem convivendo com crianças de menos idade no ensino básico.

Disso tudo resultou uma imensa pressão no ensino secundário. O crescimento das matrículas no ensino secundário foi, nos últimos cinco anos, de 57%, o que nos levou a revisar as metas para os próximos anos. Vamos ter que oferecer cerca de 10 milhões de matrículas adicionais no ensino secundário nos próximos anos, o que é uma massa imensa de matrículas e um esforço enorme, e desta vez recaindo mais sobre os governos estaduais. Neste momento, o Governo Federal analisa com os governadores mecanismos do gênero do que nós fizemos com o Fundef, para as escolas primárias, para que eles possam fazer face à pressão, à demanda que será muito grande do ensino secundário.

É óbvio que tudo isso termina por pressionar a universidade. Alegréi-me de ver nos jornais a notícia de que houve um aumento significativo das matrículas nas universidades federais. Isso mostra que há um esforço grande, também, por parte das universidades, e basta dizer que, mais adiante, isso vai forçar os cursos de pós-graduação. Já houve um imenso avanço na pós-graduação. Basta dizer que de 94 a 99, o número de cursos cresceu de 1 mil 155 para 1 mil 339 e o de alunos de 43 mil para quase 54 mil alunos. Claro que tudo isso implicou modificações, novos modelos de avaliação – não é o caso de eu estar referindo, aqui, o que está acontecendo, mas o fato é que, também, no ensino superior houve um acréscimo de 28% nos últimos anos, na base do ensino superior, que passou a ter hoje cerca de 2 milhões e 100 mil alunos. Portanto, vamos ter que encarar a imensa demanda que haverá nos próximos anos, porque isso vai num moto-contínuo.

É claro, portanto, que o governo teria que olhar, com muito mais atenção, agora, as universidades. Em seguida, falarei sobre a questão dos centros de pesquisas, mas, na questão das universidades, houve modificações muito importantes.

Hoje, até para a nossa surpresa, o censo de 98 indicou que metade – um pouco mais da metade – dos alunos das universidades está em universidades que funcionam no interior do Brasil. Vamos ter um

crescimento muito grande de matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação nos próximos anos, de tal maneira que vamos chegar rapidamente a ter 3 milhões de alunos.

Tudo isso implica que nós tenhamos que olhar com muita atenção para o ensino superior. Se não fosse por outra razão, pela própria pressão das transformações demográficas e da transformação havida na formação do ensino básico e do ensino secundário, haverá uma pressão positiva sobre o ensino superior. É claro que não estou me referindo, apenas, às universidades federais – mais ou menos a terça parte, pouco mais –, quase 40% dos estudantes estão em escolas federais e estaduais, e os outros 60% em escolas particulares. A taxa de crescimento tem sido de mais de 7% ao ano. Então, é uma taxa que temos que olhar com atenção porque vamos precisar tomar uma série de medidas para que, efetivamente, possamos avançar mais e mais nessa direção.

Algumas delas já foram tomadas – o Ministro Paulo Renato se referiu a algumas dessas medidas mais recentes. Aumentamos, também, o número do Crédito Educativo, que passou a ter, no ano 2000, 180 mil estudantes recebendo mais ou menos 500 milhões de reais por ano. Então, mesmo quando o ensino é particular, isso não significa que o Governo Federal esteja isento de responsabilidade de ter que alocar recursos para que isso possa avançar.

O Ministro Paulo Renato e seus colaboradores têm tomado uma série de outras medidas, também, como no ensino primário básico, na direção de que cada vez mais nós prestemos atenção aos mecanismos de avaliação – está aí o Provão como exemplo disso. Hoje, existe uma emulação, embora no início certos setores da sociedade tenham reagido ao Provão, por incompreensão. Hoje, é ao contrário, pedem que se faça o Provão, assim como estamos, crescentemente, fazendo avaliações nos cursos de graduação.

Pois bem. Isso tudo está em marcha. Agora, esse sistema só se complementa, só se coroa com a existência de um sistema de formação de pesquisadores e de continuidade do progresso científico e tecnológico que seja compatível com as aspirações do país e com o fato,

mesmo, de que este país está se qualificando. Por isso, dei os exemplos todos, aqui, das questões do Ministério da Educação, se qualificando crescentemente.

O Ministério da Ciência e Tecnologia faz, agora, 15 anos. Como todos sabem, o seu primeiro ministro foi o Ministro Renato Archer e, desde então, esse Ministério avançou significativamente. Mas antes do Ministério da Ciência e Tecnologia, já dispúnhamos de instituições capazes de levar adiante a questão do desenvolvimento científico. Eu me refiro ao CNPq.

Na verdade, é curioso constatar que, a partir da Segunda Grande Guerra – às vezes é assim, há males que não digo que venham para bem, mas que não são somente males, às vezes, ocasionalmente, produzem algum resultado positivo –, os países altamente industrializados de hoje perceberam a importância da coordenação da atividade de pesquisa, da necessidade da interdisciplinaridade e da necessidade de um esforço conjunto da comunidade acadêmica, dos governos e do setor empresarial.

Data desse período a National Scientific Foundation nos Estados Unidos, assim como data disso o CNRS da França. Não ficamos muito atrás. Em 1951, já se formava, aqui, o CNPq. E se o CNPq começou enviando para fora cerca de sessenta e poucos bolsistas, a verdade é que hoje há um sistema de bolsas extremamente amplo. Oferecemos cerca de 50 mil bolsas/ano. Se somarmos a isso as bolsas da Capes, as bolsas das fundações estaduais, como a Fapesp e outras tantas dos estados, já chegamos a um número mais, enfim, importante. Cerca de 67 mil ou 70 mil bolsistas são enviados do Brasil para o exterior. Comparados com os sessenta e poucos dos anos 50, vê-se que houve um crescimento significativo. E esse crescimento tem aumentado incessantemente.

Além disso, organizamos a Capes e organizamos a Finep. Logo o Brasil conseguiu ter um sistema de formação científica que é expressivo. Talvez não tenhamos dado atenção suficiente a esse fato, mas se olharmos hoje os países chamados emergentes – não sei que nome terão daqui a dez anos –, vamos ver que poucos dispõem de um

sistema de apoio à pesquisa e à ciência como o Brasil. Talvez, certamente, a Índia, a China. Não sei quais outros terão na mesma proporção, e com a mesma continuidade, um sistema que “rotiniza” a concessão da bolsas, que apóia, como é o caso da Capes, os cursos de pós-graduação, que mantém por longo período de tempo, 50 anos, em atividade as instituições estatais de fomento.

Atribuo uma enorme importância a isso, e não só eu, todos atribuímos. No mundo que está se formando, da chamada globalização, só terão chances efetivas de tirar algum proveito aqueles que forem capazes de ter um sistema de ciência e tecnologia que permita que o país avance na esfera do conhecimento. Pode parecer forte a afirmação, mas eu sublinho: só terão chance os países que forem capazes disso.

Se hoje temos, no Brasil, investimentos crescentes; se hoje temos no Brasil a possibilidade de competir, pelo menos em certas áreas de uma competição, é porque temos por trás um mecanismo de formação de quadros, de gente. É só analisar a direção dos investimentos. Se não houver um Estado competente, que defina certas áreas de atração de capitais, se não houver a formação de pessoas competentes, se não houver a capacitação em massa de engenheiros, tecnólogos, de pessoas capazes de lidar com a informática, de psicólogos, de sociólogos, de economistas, de médicos e por aí vai, não vai haver possibilidade alguma de um país ombrear-se com os demais países que estão hoje na vanguarda dos processos de transformação da tecnologia e de transformação da economia.

Por isso, é tão importante que nós, ao mesmo tempo em que sejamos capazes de criticar as nossas insuficiências, também sejamos capazes de nos orgulhar do que já fizemos, não para ficarmos anestesiados aplaudindo, mas para saber que há condições de avançar mais. É por isso que estamos, decididamente, empenhados em avançar na formação, como foi dito aqui, de novos mecanismos de apoio, de estímulo à ciência e à tecnologia.

De alguma maneira, quando nós olhamos os dados, por exemplo, o Science Citation Index, vê-se que hoje já existe uma presença brasileira: 1% da produção científica internacional é feita por brasileiros.

Claro que esses índices todos, se podem nos deixar contentes em absoluto, quando se vê a produção *per capita* é preocupante. E isso tem a ver com a necessidade da formação em massa de pessoas com formação universitária e com boa base, desde a escola fundamental até a escola secundária. Só quando tivermos mais gente é que vamos ter, realmente, a capacidade de ter uma produção ainda mais significativa.

Ainda assim, na verdade, quando olhamos essa produção científica, vamos ver que houve um crescimento muito grande. Os dados de que disponho são de 81 a 98, mas pode se ver que, de 95 a 98, somente a Coréia do Sul teve uma presença maior na produção científica, medida por esse indicador, do que o Brasil. Mas se a Coréia do Sul teve maior, devemos nos preocupar também. Por quê? Por que não temos muito mais gente? Não podemos avançar mais? Teremos que avançar mais nessa direção.

Eu disse, aqui, que o CNPq concede cerca de dois terços das bolsas disponíveis. Nos últimos anos, passamos, de uma década para outra, de 10 mil para 50 mil bolsistas no CNPq. De qualquer forma, isso implica que tenhamos um esforço ainda adicional.

O Ministro Paulo Renato e o Ministro Sardenberg mencionaram tópicos de grande importância, um dos quais diz respeito ao fluxo de financiamento para as pesquisas para o sistema de ciência e tecnologia. Desde que eu – deixando a condição de universitário – passei a ter mais presença na vida pública brasileira, e sobretudo depois que fui Ministro da Fazenda, preocupa-me angustiosamente a necessidade de compatibilizar estabilidade, cortes de recursos e produção. Sei como é difícil isso e sei também o efeito negativo que tem a inexistência de um patamar contínuo de recursos.

Então, não se trata apenas de dar recursos. É preciso que haja, também, mecanismos que garantam a continuidade desses recursos. A instabilidade açoitou, por muitas vezes, o nosso sistema de ciência e tecnologia. É claro que a instabilidade, às vezes, ocorre de tal forma que é inescapável, porque ela afeta o País. Vimos, no ano passado, as dificuldades que tivemos como país, para levar adiante os nossos projetos de médio e de longo prazo, porque a crise foi muito violenta. E claro que

isso provoca uma restrição que é geral, mas houve, também, momentos em que perdemos a capacidade de manter esse estipêndio de uma forma estável.

O Ministro Israel Vargas, que antecedeu o Ministro Sardenberg, insistia sempre no fato de que já tínhamos ultrapassado 1% do PIB em termos de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico. Disse que hoje é 1,2% do PIB. Tudo bem. Precisa ver o que significa esse 1,2%. Quais são os recursos que estão postos aí, o que é que se conta com a ciência e tecnologia. De qualquer maneira, há uma progressão, se avança.

Agora, nós temos que dar um salto maior. Não só, repito, em termos dos recursos, mas em termos, efetivamente, da continuidade dos recursos e da forma de obtê-los e da forma de geri-los. Se alguma coisa houve – e acho que houve – de importante, hoje, é que não estamos apenas dizendo: haverá mais recursos. Estamos dizendo: haverá e haverá de forma estável. Esses recursos virão sem afetar o Tesouro. Portanto não haverá – onde é que está o Ministro Martus – contingenciamentos, porque são recursos que vamos criar sob a forma de fundos. E esses fundos serão supridos, como já são, no caso do petróleo, na Agência Nacional do Petróleo e no Fundo de Petróleo, através dos recursos gerados pela iniciativa privada.

Por que eu digo isso? Porque, como estamos mudando o modo de organização do Estado brasileiro, e como o Estado cada vez menos tem condições, porque ele hoje é despoupador líquido – ele não tem poupança para investir –, cada vez mais, o investimento vem do setor privado. Ou criamos mecanismos para extrair do setor privado recursos para o financiamento da ciência e da tecnologia – tecnologia que vai beneficiar o setor privado – ou vai pesar sobre o Tesouro. E o Tesouro não tem condições de fazer frente ao vultoso volume de recursos necessários para dar continuidade às pesquisas no Brasil.

Estamos criando essa papelada que assinei aí. Projetos de lei que estamos enviando ao Congresso, e outros que já fizemos, dizem respeito a isso. Estamos pedindo que o Congresso autorize a formação de fundos que são, basicamente, compostos por recursos atrelados a

muitas das atividades que hoje foram privatizadas, mas que, ao serem privatizadas, não podem perder a responsabilidade social, nem o Estado pode cruzar os braços e deixar de olhá-las como parte do país e, portanto, como fornecedoras de recursos para suprir necessidades fundamentais. E ciência e tecnologia são uma necessidade fundamental do país.

Um modelo já funcionando na questão do petróleo, que vai gerar mais de 100 milhões de reais neste ano. E, certamente, nos próximos anos, cerca de 900 milhões de reais. É um modelo parecido que estamos propondo para a Agência Nacional de Águas; para a Aneel; para a questão da energia elétrica; a mesma coisa no que diz respeito à Agência de Transportes; a mesma coisa na Agência Aérea. A mesma coisa faremos no que diz respeito às agências de saúde. E assim por diante. E funcionam.

Há agora essa inovação que chamei de Fundo Verde e Amarelo, que é o fato que pedimos que o Congresso nos autorize a cobrar um diferencial de imposto nos *royalties* que são remetidos ao exterior e que são fruto da utilização aqui, de patentes, enfim, de um conjunto de atividades em *software*, etc., que estão pagando *royalties*. E é natural que uma parte desse recurso fique aqui para financiar a ciência e a tecnologia do país.

Essa inovação – nós a devemos, e por isso todos já se referiram ao Doutor Everardo Maciel – nos parece uma coisa muito importante, porque é feita em outros países e é uma resposta que o Brasil precisa dar à sua necessidade de pesquisa e ao fato de que os que fizeram pesquisa estão se beneficiando, dado o investimento, e estão remetendo *royalties*. Não custa nada que passem uma parcela desses recursos para o fomento, para as atividades de pesquisa, de ciência e tecnologia.

Mas quero lhes chamar a atenção para o fato de que, no conjunto, esses recursos vão além de 1 bilhão, e estarão funcionando – podem chegar a 1 bilhão e 400 milhões de reais – quando tudo isso for aprovado. Alguns já estão aprovados, outros estão em marcha. Isso é uma massa de recursos realmente grande. Estamos também inovando naquilo que o Ministro Paulo Renato mencionou, ou seja,

muito freqüentemente, o sistema de apoio à pesquisa e à tecnologia desconhece que uma parte importante disso é feito nas universidades. E as universidades estão aí penando para ter recursos para pagar a luz, a água, o custeio – a infra-estrutura básica da universidade está esgotada, está cansada.

Claro que fizemos vários esforços. O Ministro Paulo Renato poderia mostrar quais foram, mas há dificuldades, inclusive em função do endividamento público. É preciso que haja algum recurso direto para as universidades.

Então o Ministro de Ciência e Tecnologia e os demais Ministros concordaram em que 20% dos recursos poderão ser utilizados como um fundo, que vai ser para as universidades federais. É um fundo específico para o sistema do Ministério da Educação utilizar na recomposição das universidades federais, para que possam servir de base para esse conjunto de atividades de pesquisa. É evidente, esses fundos são específicos. Muitos deles são feitos de uma maneira diretamente ligada aos recursos hídricos, recursos minerais, ao transporte, ao setor espacial, à infra-estrutura, à inovação tecnológica. Há vários específicos, mas temos que ver, também, a necessidade de emulação do conjunto de atividades. E é por isso que cada um deles dará uma parte, uma contribuição para isso.

Agora, além dessa inovação – eu insisto – estamos, também, mostrando que é importante haver essa relação direta entre a empresa, a pesquisa e o interesse público. Serão recursos que poderão ser utilizados também pelas empresas e incentivo no desenvolvimento de tecnologias. Tecnologias que têm que ter sempre presente que o destinatário mais importante delas é o consumidor, é o povo, é o cidadão. Na água, a melhoria da qualidade da água é importante. No transporte, inovações para beneficiar o transporte público, o transporte coletivo. E assim por diante. Em cada uma dessas atividades, para não deixar de falar também na questão da ciência biológica que tem um desenvolvimento grande no Brasil. Nos fundos que acoplarmos ao problema de medicamentos, haverá uma preocupação direta com o consumidor final, porque isso é muito importante.

Esse fundo, chamado Verde e Amarelo, universidade-empresa para o apoio da inovação, é que me parece, realmente, a novidade maior, além da questão que já mencionei, acoplando todo o desenvolvimento, do avanço do processo econômico em mãos privadas.

Estamos criando um comitê gestor. Fiz um projeto de lei nessa direção para que possa administrar esse programa. Isso vai dar, também, força ao FNDCT, que vai passar a se beneficiar disso. Diga-se de passagem que o Vice-Presidente Marco Maciel é o autor da lei que acabou criando o FNDCT, e é uma feliz coincidência ele estar presente aqui entre nós. Estamos reforçando esse mecanismo e creio que, com essas medidas todas, estamos dando um sinal claro de que o Brasil está entrando em uma nova fase.

Se, num dado momento, precisamos, e foi necessário, redemocratizar para que houvesse liberdade, possibilidade de a ciência desenvolver-se, de a universidade ser livre, etc.; se, num outro momento, foi necessário, como foram necessários, e ainda recentemente, mecanismos fortes, duros às vezes, para manter a estabilidade econômica, democratizamos, estabilizamos, conseguimos superar as dificuldades imensas ao final de 98 e em 99. Se foi necessário, como é, reformar o Estado, isso aqui implica reformas efetivas no mecanismo de gestão, etc., assim como fizemos em outras áreas de atividade.

Agora, chegou o momento, também, de colocar ênfase no crescimento, no desenvolvimento de um projeto nacional de um país que, realmente, aspira a ser uma Nação e não a ser apenas um mercado, de um país que precisa de valores, de um país que precisa da sua capacidade científica e tecnológica para que possa competir mundo afora.

Este momento é o momento propício para que possamos descontinuar horizontes maiores. Requer maior colaboração entre todos nós: não há passo a ser dado na democracia sem que o Congresso Nacional esteja acompanhando, corrigindo, avançando e permitindo que as modificações ocorram, para que possamos levar adiante as modificações na política de ciência e tecnologia. Devo até dizer que o Congresso Nacional aprovou muita coisa importante, já fez leis de incentivo fiscal para pesquisa e desenvolvimento, fez a legislação de biosseguran-

ça, na área nuclear também atuou bastante, em vários mecanismos regulatórios de pesquisa, fez a legislação de propriedade intelectual, aprovou o fundo como esse CTPetro, que foi já aprovado e já está sendo operacionalizado. Mas vamos precisar mais e mais do Congresso Nacional para a aprovação dessas medidas que aqui mencionei.

Além disso, precisamos estar crescentemente em interação. Evidentemente, essa interação do Presidente é simbólica, não pode ser de outra maneira. Mas dos corpos técnicos, dos corpos gerenciais, tem que ser efetiva. Dos Ministérios com as universidades, das universidades com os cientistas, das associações de classe, das associações de professores, de pesquisadores.

O mundo de hoje não permite mais que se trabalhe no isolamento. Podemos discordar, é saudável discordar. Mas não é saudável dar as costas um setor ao outro porque, aí, ninguém anda. É preciso que haja, portanto, um diálogo cada vez mais forte, para que possamos olhar além do horizonte imediato.

Estamos vendo e vivemos uma revolução tecnológica tremenda, que se chama nova sociedade, nova economia. Enfim, há uma adjetivação muito forte, para dizer que há uma sociedade que depende do conhecimento e da inovação. Se não estivermos sintonizados com o conhecimento e com a inovação, não podemos avançar.

O que estamos fazendo, como país, não é uma escolha simples, é uma escolha importante. A escolha é: queremos ou não ter futuro? É uma escolha decisiva. E o futuro depende da nossa capacidade de implementar o que aqui se desenhou e tenho a certeza de que muitos dos Senhores sabem com mais concreção quais são os caminhos a serem percorridos, na ciência e na tecnologia, do que eu.

Mas a verdade é que temos que colocar em prática essas coisas. Esse grupo de trabalho que apresentei aqui é para, realmente, expor mecanismos concretos, nessas áreas que ainda não existem, para que possamos avançar na formação desses fundos.

A questão dessa escolha – vamos ou não ter futuro – é uma escolha em que o País não pode hesitar. Temos que ter futuro. Portanto, temos que ter conhecimento, temos que ter informação, temos que

ter recurso para isso, temos que ter capacidade de produzir mais e mais nesse terreno.

Termino dizendo que tenho certeza de que não vamos ficar para trás. E essa certeza não é uma certeza subjetiva, nem apenas uma aposta pessoal. Ela é uma certeza que deriva de tudo o que foi dito. Porque já temos uma História, não estamos inventando a pólvora. Se não tivéssemos o CNPq, se não tivéssemos universidades, se não tivéssemos pesquisadores, se não tivéssemos já uma tradição de pesquisa, se não tivéssemos já uma compreensão e uma sensibilidade da sociedade para essas questões, poder-se-ia perguntar: haverá ou não futuro? Mas nós já temos. Já temos um percurso. Apenas precisamos andar mais depressa, andar com maior firmeza, dar passos com maior firmeza e termos maior crença nesse nosso futuro.

Tenho crença nesse futuro porque acredito na comunidade científica, porque acredito nos professores, nas professoras, mas, sobretudo, porque acredito no povo do Brasil, que foi capaz, em momentos extremamente difíceis, de entender as dificuldades e de, às vezes com certo muxoxo, nunca deixar de dar apoio àqueles que têm determinação e que trabalham denodadamente pelo futuro deste país. E aqueles que trabalham nos laboratórios, que trabalham nas pesquisas de campo, que trabalham denodadamente, são o testemunho vivo de que estão pensando em si, certamente, cada um de nós, mas, muito mais do que em cada um de nós, pensando no que a ciência e a tecnologia podem fazer de bem para a humanidade e para o nosso país.

Muito obrigado.